

O Barão do Rio Branco e a americanização da política externa brasileira

NATHÁLIA HENRICH¹

Introdução

A chamada Era Rio Branco compreende o período entre 1902 e 1912, quando o Brasil teve como Ministro dos Estrangeiros José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Durante os quase dez anos ininterruptos em que esteve à frente do Ministério, Rio Branco deixou marcas profundas na história política brasileira e também no imaginário popular. Foi um período de afirmação do Brasil no cenário internacional, de tentativa de consolidação de uma imagem que negasse a anarquia após a mudança de regime e mostrasse ao mundo que a República brasileira merecia seu lugar entre as “grandes nações civilizadas”. Este era o grande projeto de Rio Branco, a elevação do Brasil à categoria de país civilizado aos olhos da comunidade internacional e para logr-lo, atuou em diversas frentes, com uma política cultural intensa, mas também através da realização de obras públicas, como foi o caso da reforma do Palácio do Itamaraty. Outro ponto fundamental de sua obra diplomática, iniciada antes mesmo de que assumisse o cargo de Ministro, foi a consolidação definitiva das fronteiras nacionais sem recorrer ao uso da força e logrando manter uma relação pacífica com os vizinhos envolvidos. Além disso, ele foi responsável pela mudança radical no padrão de atuação externa do Brasil, voltando-se para os Estados Unidos em detrimento dos parceiros históricos europeus.

A figura do Barão² ocupou, assim, papel fundamental na construção da imagem da república nascente e fornecia material para o fomento de um nacionalismo crescente em época de prosperidade no país. Isto o elevou à categoria de herói nacional e o fez gozar de um prestígio praticamente inabalável entre seus contemporâneos. Esta aura quase mítica chegou aos dias atuais e elevou Rio Branco ao papel de personagem histórico e político sobre o qual não restava nada a ser dito. Ou, pior, sobre o qual era melhor não dizer mais nada e não correr o risco de manchar uma trajetória baseada no

¹ Mestre em Ciência Política (Universidad de Salamanca), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Doutoranda em Sociologia Política (UFSC). Bolsista do CNPq.

² A *Revista Fon-Fon!*, de 17/09/1912 esclarece que “ninguém o conhecia senão por Barão. A simples enunciação das palavras – o Barão – já todo o mundo sabia que se tratava de Rio Branco. O Barão era ele, exclusivamente ele”. Assim, ao longo do trabalho ao citar o Barão, sempre se estará referindo ao Barão do Rio Branco.

sucesso, na coerência e na infalibilidade. Não por acaso, em contraposição às inúmeras biografias – algumas bastante duvidosas do ponto de vista histórico ou que levam muito longe a ideia de história como mestra da vida – não há tantos estudos recentes sobre sua obra. Foi este “interdito informal”, em muito fomentado pelo culto a Rio Branco promovido pelos meios diplomáticos que motivou o tema da dissertação de mestrado que serve de base para este artigo.

Neste trabalho buscou-se contribuir para suprir esta lacuna de estudos sobre Rio Branco ao trazer à luz um dos temas mais importantes dentro de sua atuação, a saber, a questão da aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Esta reorientação da política externa brasileira promovida pelo Ministro foi uma das marcas da sua administração e gerou um intenso debate, razão pela qual foi eleito entre tantos outros temas que poderiam ser trabalhados, já que o tema permite problematizar a imagem de unanimidade atrelada a Rio Branco.

Uma das preocupações do trabalho é a reconstituição o mais fiel possível dos debates em torno do tema das relações Brasil-Estados Unidos, a fim de demonstrar que várias posições tomadas pelo então Ministro das Relações Exteriores, foram, sim, alvo de críticas e geraram polêmicas.

A hipótese inicial que norteou a pesquisa foi a de que as diretrizes da política externa na chamada Era Rio Branco (1902-1912) para as relações entre Brasil e Estados Unidos foram afetadas pelas visões de mundo, formação e trajetória político-intelectual de Rio Branco. porém, chegou-se à conclusão de que não foram determinantes. Apesar de sua sólida formação europeísta, Rio Branco era também um pragmático que reconhecia as mudanças ocorridas na geopolítica mundial e suas ações consistiam em uma tentativa de equilibrar simpatias e aspirações pessoais com um aguçado sentido da realidade. Trabalha-se ainda com a ideia de que as posições tomadas pelo Ministro não deixaram de ser contestadas e foram influenciadas pelo debate gerado no contexto histórico e intelectual do qual fazia parte.

Como parte da preocupação de promover um estudo das ideias políticas de maneira historicamente orientada e com uma abordagem contextual, busca - se estudar as ideias em seu contexto sociológico, do qual o contexto intelectual é parte constitutiva. Neste sentido, há uma aproximação com postulados do Contextualismo Lingüístico, também conhecido como Escola de Cambridge de história do pensamento

político, da qual autores como John Dunn, J.G.A. Pocock e Quentin Skinner são expoentes.

O pressuposto básico desta Escola foi o de rechaçar as interpretações meramente filosóficas das ideias políticas. Foi, entretanto, Quentin Skinner quem deu a maior contribuição para a sistematização da metodologia do que é genericamente³ chamado de Escola de Cambridge. Em 1966, em *The limits of historical explanation*, o autor já começava a criticar um dos alvos de estudo preferido dos historiadores de Cambridge: as grandes ideias e autores, tomados de forma desvinculada de seus contextos e partindo da suposição de uma coerência interna inerente e permanente, bem como repudiava a construção de narrativas que explicavam as “grandes ideias” destes “grandes autores” pela influência recebida de outras “grandes ideias” de outros “grandes autores”. (SILVA, 2010, p.5). Em, *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969), Skinner critica o “textualismo”, especialmente na sua ideia central, de que o texto teria autonomia em relação ao contexto em que é produzido, o que embasaria o pressuposto de que determinados textos, os “grandes”, teriam um conteúdo atemporal e apenas ele seria digno do interesse histórico. Para ele, o “textualismo” levaria mais a criação de mitologias do que de história propriamente dita.

Dada a natureza do seu objeto, a pesquisa encontrou respaldo na abordagem contextualista. Embora tenha sido uma figura histórica importante para o Brasil, Rio Branco não costuma ser considerado um “pensador político” no sentido mais estrito do termo. Mais do que tudo, sua obra política - e seu significado - foi mitificada e entendida como portadora da tal “infalível coerência interna” de que trata Skinner. Ainda seguindo Skinner, buscou-se a mobilização daqueles “autores menores” que estavam inseridos no debate da época de forma relevante. A importância da reconstituição do debate e identificação das posições mais relevantes adotadas sobre este assunto está no suporte que proporciona para o entendimento da motivação de Rio Branco em aproximar-se da “grande irmã do norte”.

³ Não cabe aqui explorar as diferenças importantes entre os autores mencionados, fica apenas a ressalva de que nem sempre suas ideias podem ser tomadas como um todo homogêneo.

O debate sobre a “americanização” da política externa brasileira

Embora a reorientação da política externa brasileira da Europa para os Estados Unidos seja apontada como um traço marcante da Era Rio Branco, este movimento teve início já com a proclamação da República. Dada a identificação do novo regime brasileiro com a república implantada nos Estados Unidos, o país tornou-se referência para parte da intelectualidade e dos políticos no Brasil. Quando ministro, Rio Branco apostou na correção deste movimento de aproximação e o intensificou através de diferentes expedientes, o que não significa que tomava os Estados Unidos como modelo a ser imitado à perfeição ou que tenha praticado uma política de alinhamento.

Obviamente, entre os monarquistas a aproximação não era bem vista e para os reformistas a influência norte-americana era tida como um grande obstáculo as suas aspirações. Eduardo Prado, monarquista convicto e entusiasta da Restauração no Brasil, foi dos primeiros críticos sistemáticos do regime republicano e do estreitamento das relações com os Estados Unidos. Ainda que não tenham sido encontrados indícios de um debate direto sobre os Estados Unidos entre ele e Rio Branco, dada a estreiteza dos laços que os uniam, parece plausível entender que em algum momento tenham trocado ideias sobre o tema. É muito provável que Rio Branco conhecesse o posicionamento de Prado sobre os Estados Unidos, da mesma forma que conhecia e compartilhava suas posições sobre a república, a ponto de escreverem juntos sobre isso. Esta tese ganha força quando se observa a crítica feita “ao ilustre autor de *A ilusão Americana*” por Rio Branco sob pseudônimo, porque este “mal informado andava” quando escreveu o trecho sobre a falta de solidariedade norte-americana na Proclamação da República no Brasil. (RIO BRANCO, 1948 b, p.135). Assim, mesmo que sem poder determinar até que ponto esta visão de mundo de Prado teve influência sobre Rio Branco, é razoável acreditar que esta era de seu conhecimento. Desta maneira, é importante destacar alguns dos pontos defendidos por Prado e que contribuíram para o debate na época.

A obra mais conhecida de Prado (1980, p.17) – e talvez a mais contundente da época sobre o tema – foi *A ilusão Americana*, um verdadeiro libelo contra a “insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica”. Embora o grande objetivo da obra seja a denúncia da política exterior republicana, o texto é permeado pela ideia de fundo de que o regime republicano era pernicioso para o país. Desta forma, não havia motivos – aliás, havia motivos de sobra

para o contrário – para “imitar” as instituições republicanas norte-americanas, nem para aproximações. Não por acaso, o livro foi apreendido pela polícia no mesmo dia do lançamento. É importante ter em mente que foi uma obra escrita de forma rápida, entre setembro e outubro de 1893, sem que o autor tivesse acesso a fontes. É um texto visceral, escrito no calor dos acontecimentos e que mantém o tom de denúncia até o fim. Era de certa forma, um manifesto, um desabafo de alguém que “foi ferido no cerne da sua alma, no seu ideal político e no seu ideal religioso, porque testemunhava a substituição do Brasil monárquico e católico por uma república anticatólica”. (CASASANTA, 1959, p.9).

A argumentação de Prado tem muito do “sentimentalismo” dos monarquistas, tal como observado por Brito Broca (2005) e tem diversos pontos de contato com as ideias de Rio Branco, o que reforça a hipótese de que este estivesse a par das teses de Prado. A sua preocupação com a questão nacional, com a tradição e com os elementos de uma cultura genuinamente brasileira era também constante. Como aponta Armani (2005), havia em *A ilusão americana* uma preocupação imediata com os rumos da política externa brasileira diante do processo de americanização. Porém, o discurso tem um cunho culturalista e remete à existência de tradições diferentes e irreconciliáveis entre os dois países, uma questão de fundo muito mais ampla. A impossibilidade de conciliação destas tradições tão distintas se baseava tanto em diferenças de língua, como de história e de índole. Desta maneira, a aproximação representava “um desvio da essência, do *ser* brasileiro”, já que ameaçava a identidade mesma do Brasil. (ARMANI, 2005, p. 170). Este posicionamento contrário à “imitação” das instituições norte americanas se assemelha à posição de Rio Branco, de que o Brasil não deveria “macaquear” os Estados Unidos ou suas instituições, como haviam feito outros países latino-americanos. (BUENO, 2002, p. 359).

Prado marca a diferença entre imitar e encarnar leis que seriam naturalmente assimiladas. Esta estratégia retórica é utilizada para defender a monarquia que, mesmo sendo uma “imitação” dos regimes europeus, é tratada como expressão legitimamente brasileira em contraposição à república nos moldes norte americana. É interessante que recorra a este expediente, já que era, assim como Rio Branco e tantos outros monarquistas, um profundo admirador da Europa. Mas, inteligentemente percebeu que se escolhesse o caminho do elogio à superioridade moral deste continente, seu

argumento contra a “importação” de instituições cairia por terra. Também é fundamental recordar que para Prado e os monarquistas de modo geral, a adesão ao Império tinha um forte componente emocional e dogmático. Neste sentido, era fácil vincular o Brasil à monarquia sem recorrer à herança europeia, o Brasil era de fato monárquico e assim deveria permanecer. Para Armani (2005, p175), Prado não necessitou evocar a ancestralidade do regime monárquico, pois a ideia era apenas retornar ao que o Brasil era, ou seja, ser o que o Brasil era, para continuar sendo alguma coisa. Em última instância “era o Brasil o seu próprio modelo de Brasil”. (ARMANI, 2005, p. 175).

Este modelo aparece em referência a um *outro*, os Estados Unidos, cujo “exterior constitutivo”, conforme o designa Armani (2005), era formado por aquelas características que não se coadunavam com a tradição brasileira. Não se tratava simplesmente da forma republicana *per se*, mas da violência, da corrupção, do laicismo e da ruína, que estavam relacionadas a ela. Prado destaca especialmente três circunstâncias para ilustrar sua tese: o caso hispano-americano, o caso norte-americano e, por fim, o Brasil pós-1889. Prado (1980, p.18) entendia que as nações latino-americanas também haviam se corrompido quando se tornaram republicanas e o seu comportamento com os vizinhos apenas serve como exemplo daquilo que para ele estava claro: “a fraternidade americana é uma mentira”. A própria Doutrina Monroe teria sido mal entendida e supervalorizada, já que “a nunca assaz ludibriada e escarneçada ingenuidade sul-americana viu nesta declaração um compromisso formal, solene e definitivo de aliança com os Estados Unidos”. (PRADO, 1980, p.27). Para Prado (1980, p.17), ainda que houvesse existido em tal expressão o sentido de um compromisso formal, o Brasil não deveria aderir a ele, pois “o fato de o Brasil e os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância”.

Outro posicionamento importante para o debate acerca do americanismo era o adotado por Manuel de Oliveira Lima. Historiador e diplomata, notório desafeto de Rio Branco, Oliveira Lima viu sua relação com o Barão mudar de uma cordialidade e admiração mútuas até dar lugar à críticas e intrigas. Os componentes deste enredo são, além de diferenças de opinião em relação aos caminhos da política externa brasileira, uma briga de egos igualmente inflados e uma disputa pessoal por prestígio. Os dois

compartilhavam o gosto pela pesquisa histórica, tendo sido ambos membros do IHGB. Por este motivo começam a corresponder-se. As disputas internas na Academia Brasileira de Letras e as críticas de Oliveira Lima, especialmente à época da Conferência Pan-americana, foram elementos que ajudaram a azedar a amizade antes promissora. Além disso, pesava o fato de que desde que Rio Branco assumiu o Ministério, Oliveira Lima via postergado seu desejo de nomeação para um posto na Europa.

Não é possível afirmar que Oliveira Lima estivesse totalmente de acordo com *A ilusão americana*. Embora fosse capaz de observar os problemas dos Estados Unidos e de seu comportamento, inclusive o impulso anexionista, confiava nas virtudes norte-americanas, como o sentido de justiça, a jovialidade, o idealismo religioso e a inspiração democrática. (LIMA SOBRINHO, 1971). Esta atitude transparece em *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais*, publicado em 1899, onde analisa diversos aspectos da cultura, política e instituições daquele país. Entretanto, não defendia que o país fosse “tomado como figurino”, pois tinha consciência das diferenças que o separavam do Brasil e que deveriam ser levadas em conta na hora de tomar decisões. (LIMA SOBRINHO, 1971, p. 77).

Uma interpretação semelhante faz José Veríssimo (2003, p.144) sobre *Nos Estados Unidos*, classificado por ele como “o melhor manual existente em português para conhecermos os Estados Unidos”. Veríssimo, crítico literário dos mais importantes, escritor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, era uma figura proeminente no mundo intelectual da *Belle Époque* brasileira. Embora não ocupasse nenhum cargo político, sua atividade intensa na imprensa fazia dele um poderoso formador de opinião e divulgador de ideias. Por isso, suas críticas a duas obras de Oliveira Lima sobre os Estados Unidos, ambas publicadas no *Jornal do Commercio*, servem como fonte relevante para reconstituição da discussão em torno do tema das relações entre os dois países.

No texto intitulado *O país extraordinário*, ele analisa o livro *Nos Estados Unidos* e reconhece que, como “observador inteligente e de boa fé” que era Oliveira Lima, este era incapaz de “esconder que no sol há manchas”. Para ele, o autor apenas não as vê “tão grandes e sensíveis, como a outros se afiguram. E, ganho pelo otimismo ianque, essas mesmas lhe parecem fáceis de ser desfeitas e apagadas”. (VERÍSSIMO, 2003,

p.144). O título escolhido para o ensaio de Veríssimo já dá uma certa ideia do juízo que ele próprio fazia dos Estados Unidos, um misto de admiração e receio, compartilhado por parte da opinião pública brasileira naquele momento imediatamente posterior à Proclamação da República. Assim, via duas atitudes dos Estados Unidos como as mais prováveis: “ou nos subjuga e domina, e então tudo admiramos sem restrições e talvez sem reflexão, ou nos ofende os hábitos e ofusca o ânimo e dá-nos, pois, a vontade de negar e deprimir.” (VERÍSSIMO, 2003, p.143).

A sua atitude perante os Estados Unidos é de disposição à compreensão, já que para ele, “como os homens extraordinários, também os países extraordinários precisam talvez de indulgências extraordinárias no modo por que os havemos de julgar”. (VERÍSSIMO, 2003, p.143). Ainda que elogie o esforço de compreensão realizado por Oliveira Lima, afirma que sua “empolgação” com o país “tirou-lhe, raras vezes, é certo, a liberdade espiritual no ajuizar dos próprios fatos americanos e de alguns dos nossos”. (VERÍSSIMO, 2003, p.147). Entre todas as ressalvas, Veríssimo termina por afirmar uma posição otimista em relação aos Estados Unidos, ainda que talvez não tanto quanto a de Oliveira Lima, ao afirmar ser este país “certamente o campo da mais bela, e até agora, mais bem sucedida experiência que a humanidade tem feito nos últimos séculos”. (VERÍSSIMO, 2003, p.151).

Ao longo dos anos, porém, a empolgação de Oliveira Lima foi arrefecendo e dando lugar à desconfiança em relação à Doutrina Monroe. Em 1907, na obra *Pan-americanismo*, ele expressa sua “convicção de que a doutrina Monroe não comporta, sem perigo, o desenvolvimento que recentemente se lhe quis atribuir e que é a projeção da crescente ânsia de centralização do Executivo nacional norte-americano”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 19).

Neste segundo livro tratando dos Estados Unidos, Oliveira Lima claramente assume posições mais duras e frontalmente contrárias ao que ele considera serem as aspirações norte-americanas no continente. Esta obra também mereceu a atenção de José Veríssimo e espaço no *Jornal do Commercio*, através da publicação de uma crítica. Contrastando com o texto de Veríssimo sobre a primeira obra de Oliveira Lima, *Nos Estados Unidos*, que foi intitulada *O país extraordinário*, esta segunda se chama *O perigo americano*. No texto, Veríssimo (2003, p. 557) recorre à geopolítica para explicar a Doutrina Monroe. Assim, segundo ele seria natural que “se sentissem eles

chamados ao *appel* de maior nação do continente”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 558). Ainda sobre a Doutrina, faz uma análise da história política do país, relacionando a ideia do “destino manifesto” ao imperialismo. Conclui que se a declaração de Monroe é de 1823:

é positivamente certo afirmar que o pensamento, já imperial, de domínio que essa doutrina continha em potência existia na mente nacional americana. Ao completar sua expansão na parte já ocupada por eles no continente e a força vinda da secessão criou-lhes a consciência do manifesto destino. (VERÍSSIMO, 2003, p. 559).

A análise desta constatação pode levar ao engano. Ao contrário do que poderia parecer, ela não expressa a aprovação do autor. Sua próxima observação o deixará claro. Ele cita no mesmo texto as palavras de John Fiske (VERÍSSIMO, 2003, p. 559), que declara “que um tempo virá em que se realize na terra um tal estado de coisas que seja possível falar dos Estados Unidos estendendo-se de polo a polo”. Ao que responde:

Eu por mim piamente acredito que estes tempos não estão muito longe. Tudo na política americana os anuncia próximos. E quando vejo os Estados Unidos romperem com a tradição, muito recomendada pelos veneráveis pais da sua República, de se absterem de quaisquer procedimentos e intervenções exteriores [...] acabo de convencer-me das profecias não só de John Fiske, de Benjamin Kidd e de quase todos os sociólogos norte-americanos, mas dos seus estadistas, os Blaines, os Roosevelts, os Roots, todos ali igualmente capacitados de que o “manifesto destino” da sua grandíssima nação é virtual ou efetivamente avassalar a América. (VERÍSSIMO, 2003, p. 559-560).

Passados oito anos entre a publicação das duas obras, se fazem sentir claramente tanto na perspectiva de Oliveira Lima, como na de Veríssimo, os efeitos do papel crescente jogado pelos Estados Unidos no sistema internacional. Apesar da sensação de desconfiança sobre as pretensões norte-americanas, não deixa de perdurar uma certa admiração pelo país, agora considerado mais “perigoso” que “extraordinário”. Veríssimo e Oliveira Lima parecem fazer a mesma distinção entre a admiração pelas suas conquistas em termos de prosperidade material e liberdade, mas ambos condenam os rumos tomados pela Doutrina Monroe. Não parece correto afirmar que sejam contrários aos Estados Unidos, como forma de organização política e social, visto que veem com bons olhos muitos de seus elementos. Seria mais certo observar em ambos uma posição de franca oposição ao monroismo, ou seja, aos postulados da Doutrina Monroe e aos seus possíveis efeitos sobre o Brasil e o continente. Para Veríssimo (2003, p. 562), o pan-americanismo, da forma como é entendido e desejado pelos Estados Unidos, inventado por Blaine e principal fator do imperialismo, é “a encarnação do ‘manifesto destino’ de uns Estados Unidos estendendo-se de polo a polo”.

Nos textos publicados às vésperas da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, Oliveira Lima sobe o tom das críticas e faz previsões funestas. O comportamento esperado por parte do governo norte-americano é que este tratará de seguir e fazer prevalecer no evento a “pretensão insistentemente aventada pelo Presidente dos Estados Unidos”, que na sua visão era “tornar efetiva a tutela americana, moral até ser material, sobre todo o resto do continente independente”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 33). Para ele, algumas posições deveriam ser tomadas para evitar que o projeto norte-americano tivesse sucesso e conseguisse estender sua tutela sobre o continente “em nome do puro e sacrossanto credo de Monroe”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 33). Defendia que “a consciência do quanto devemos à Europa é o melhor freio a qualquer quixotismo” com relação ao monroísmo e, portanto, contrapõe o ideal americanista à herança europeia de que o Brasil seria devedor. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). Neste sentido, se aproxima de Eduardo Prado com relação às tradições brasileiras e à impossibilidade de adoção de certos valores que seriam estranhos à cultura nacional. Embora Prado estenda o argumento para criticar a República e Oliveira Lima se atenha à política exterior americanista de Rio Branco, ambos lançam mão do mesmo artifício, qual seja, contrapor os laços históricos que unem o Brasil e a Europa à falta de identificação com os valores representados pelos Estados Unidos.

O receio de Oliveira Lima reside ainda na possibilidade de um alinhamento a Washington, capaz de afastar o Brasil das relações mais antigas e já estabelecidas com países europeus e que tolhesse a soberania brasileira. Sua preocupação compreendia também os efeitos da Doutrina Monroe nos vizinhos americanos. No momento em que escreve estes textos está lotado na Venezuela e acompanha o debate sobre o papel dos Estados Unidos no continente não apenas sob a perspectiva do Brasil. Por isso, falava sobre a necessidade de “associação de todas as nações do continente”, a qual “despojará correlativamente a doutrina de Monroe do seu exclusivismo perigoso”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). Fazia ainda uma observação fundamental e que deveria ser tomada em conta pelos demais governos americanos como uma advertência à hora de avaliar sua adesão ao projeto dos Estados Unidos: “uma nação nunca se arma por mera generosidade de paladina de uma causa que não é rigorosamente sua e de povos que nem seus irmãos de raça são”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73).

No mesmo sentido vai a observação de Veríssimo, que adverte para os riscos de uma política de alinhamento que determinasse a pauta de atuação exterior brasileira. Para ele, mesmo que o discurso proferido por Rio Branco na abertura da Conferência Pan-Americana – aquele que motivou a dedicatória de Oliveira Lima em seu livro – tenha sido a “única manifestação realmente alta e notável dessa reunião”, esta atitude não seria o bastante para “contrastar o perigo americano”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 561). E conclui que, se este perigo “pode ser contrastado, somente o será por uma política que não faça da amizade americana uma questão nacional”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 562).

Somente assumindo esta postura de prevenção às intenções “exclusivistas” do governo norte-americano e tendo a firme convicção da herança devida à Europa é que, segundo Oliveira Lima (1980, p. 73), “daremos à famosa doutrina a sua verdadeira e nobre significação de seguridade continental, que o embaixador Nabuco divisa na afirmação da política do governo de Washington”. O diplomata aproveita o ensejo para lançar uma crítica a Joaquim Nabuco e sua defesa entusiasmada da amizade com os Estados Unidos e do monroísmo. Oliveira Lima cita a declaração de Nabuco em uma reunião da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais da Filadélfia, a que foram convidados todos os representantes latino-americanos acreditados em Washington, a propósito da Conferência Pan-Americana que se realizaria no Rio de Janeiro:

Sustentou de fato o sr. Nabuco “que estas democracias não devem absolutamente considerar o papel que os Estados Unidos tenham assumido no manterem a doutrina de Monroe, como de modo algum ofensivo ao orgulho e dignidade de qualquer delas; antes como um privilégio em cuja posse devem os Estados Unidos ser amparados pela simpatia e gratidão latino-americana”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p.67, grifo de Oliveira Lima).

As palavras do representante brasileiro apareceram em reportagem publicada posteriormente no *Harper’s Week* classificadas como interessantes “por evidenciar uma apreciação muito mais viva da doutrina Monroe do que a exibida no Chile, Argentina e outras repúblicas latino-americanas”, conforme registra Oliveira Lima (1980, p.67). Sua resposta ao colega de carreira refuta seu argumento: “não me parece que o caso de gratidão se entenda com todas as repúblicas latino-americanas: para algumas, pelo menos, a expressão não teria significação”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p.67). Também Veríssimo não se havia furtado a crítica a Nabuco. “Ao contrário de seus coprovincianos, o sr. Arthur Orlando e o sr. Joaquim Nabuco, não tem o sr. Oliveira Lima a “ilusão americana”. Ao que acrescenta, para dirimir quaisquer dúvidas: “eu

também não a tenho, e creio tê-lo dito primeiro que Eduardo Prado, num capítulo especial do meu *livro A educação nacional*, em 1891.” (VERÍSSIMO, 2003, p. 561).

A referência a Joaquim Nabuco é recorrente quando se trata do tema do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. O papel de destaque que adquiriu neste debate traduz-se na sua escolha como primeiro embaixador brasileiro em Washington. À primeira vista, a parceria entre Nabuco e Rio Branco parecia perfeita. Entretanto, apesar de amigos de longa data, sua relação se deteriorou nos anos de Washington, muito em função de divergências com relação aos rumos das relações entre os países. Enquanto no Embaixador, o pan-americanismo era uma paixão crescente, o Ministro via a situação com olhos mais pragmáticos. São diversas as passagens no Diário de Joaquim Nabuco⁴ em que fica evidente seu descontentamento com a postura de Rio Branco, que não estaria dando a prioridade adequada aos Estados Unidos.⁵ Ele chega a enviar uma carta a Rio Branco expressando seu descontentamento e pedindo que lhe encontre substituto, caso estivesse pensando em mudar os rumos da política externa brasileira e a aproximação com Washington não fosse mais prioridade. (NABUCO, 1928).

Havia uma diferença fundamental entre as perspectivas dos dois. Como Nabuco via o sistema internacional de forma imutavelmente hierarquizada, a associação a Washington seria a única forma de o Brasil obter destaque entre os demais países. Por outro lado, Rio Branco não buscava alinhamento, apenas reconhecia as mudanças no mundo e queria estar ao lado da potência emergente para obter os melhores resultados desta relação. Com o seu apoio o Brasil poderia afirmar-se como um ator relevante na geopolítica mundial e garantir seu lugar como segunda potência na América, onde atuaria mais livremente com a “benção” dos Estados Unidos. Em suma, para Nabuco, o americanismo era um fim em si mesmo, para Rio Branco, um meio. Por isto, Lima (2006, p. 23) chega a identificar Nabuco como um dos precursores do chamado americanismo ideológico enquanto Rio Branco buscava apenas uma associação em pé de igualdade⁶.

As diferenças de perspectiva estavam também no plano simbólico. Mesmo com origens sociais parecidas e formação, filhos de grandes estadistas do Império que

⁴ Ver NABUCO, 2006, especialmente páginas 595, 596, 603, 638.

⁵ Para as diferentes perspectivas entre Rio Branco e Joaquim Nabuco, ver SILVA, 1995; LIMA, 1996.

⁶ Para Nabuco (2006, P. 588) “a escolha está entre o Monroismo e a recolonização europeia”.

passaram pelas Faculdades de Direito e foram Deputados, suas visões sobre o Novo Mundo divergiam bastante. Carolina Nabuco (1928) afirma que diferentemente de seu pai, Rio Branco havia promovido a aproximação com os Estados Unidos contra suas simpatias pessoais, que eram europeias e aristocratas no último nível. Nabuco já vinha de certa forma desiludindo-se com as possibilidades da política na Europa e aprendeu a admirar os progressos da sociedade norte-americana na sua permanência em Washington, mas Rio Branco permaneceu muito ligado ao seu período de formação e longa permanência na Europa, que seguia sendo seu ideal de civilização. Como bem observa Pereira (2006), a aproximação defendida por Nabuco era mais radical, enquanto Rio Branco permanecia preso ao estilo sóbrio do seu temperamento e não buscava fixar problemas com soluções absolutas.

Rio Branco via a política praticada pelos Estados Unidos com um misto de desprezo e admiração. Se por um lado, apreciava seus progressos materiais, entendia que sua “civilização” sempre careceria do “espírito europeu”. Os EUA não praticavam a diplomacia que o Ministro conhecia e admirava. Esta opinião transparece em despacho para a Embaixada de Washington, quando observa que “as afirmações da política externa norte-americana são feitas de ordinário, sem ambiguidades, com arrogante franqueza”. (LINS, 1996, p. 332). Apesar de sua simpatia pessoal, entretanto, não estava indiferente às mudanças ocorridas no mundo, como confirma seu despacho à Embaixada de Washington:

A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem devem contar e que necessariamente há de ter sua parte na política internacional do mundo inteiro. (LINS, 1996, p. 332).

Rio Branco era um conservador de formação europeísta que via o mundo de forma hierarquizada não só em matéria de poder político, mas de civilidade. O Brasil teria um lugar mais alto nesta escala que os demais países latino-americanos pela sua herança europeia e monárquica. Mais uma prova de que via de forma hierarquizada os países da América é que aceita o Corolário Roosevelt, sendo o único país da região a fazê-lo. Segundo Fonseca Jr. (2002, p.406), o Ministro aceita os preceitos do Corolário porque não acredita que ele se aplicaria ao Brasil, Chile ou Argentina, que eram países estáveis. Aliás, estes países eram alguns dos poucos que deveriam ser levados em consideração na sua política para a América:

Pensamos que um acordo, no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a

*Argentina. Assim, estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil. Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número, sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução*⁷.

Aproximar-se de Washington era, portanto, uma forma também de garantir que o Brasil pudesse exercer esta liderança a que teria direito, em uma espécie de concessão dada pela potência do continente. Rio Branco via claramente a situação difícil na América e reconhecia que “um acordo geral, de todas as nações americanas, é mais impossível ainda que entre as europeias”, destacando que “o concerto europeu é formado apenas pelas grandes potências”⁸ e a dificuldade criada pela quantidade de atores no cenário da região. Deste modo, apenas aqueles considerados relevantes faziam parte do seu horizonte de atuação.

Assim como o conjunto da sua gestão não deixou de receber críticas, a primeira Embaixada brasileira não passou incólume. O título de Embaixador parecia demasiado para um país do porte do Brasil, especialmente se se toma em conta que Nabuco foi apenas o oitavo diplomata a ter este posto em Washington. Além disso, questionava-se a necessidade de aumento dos já grandes – e já muito debatidos – gastos de representação promovidos pelo Barão. Além, é claro, das duras críticas daqueles setores que condenavam a aproximação com os Estados Unidos e a ênfase dada a estas relações pelo Ministro. A imprensa ironizou, colocando na boca do Barão a explicação: “eu sou ministro dos estrangeiros”.

Figura 1:



Assim não vale, barão!...promova-me à embaixada...por piedade!... Ora deixe-se de tolices. Eu sou ministro...dos estrangeiros.

Fonte: Careta, 04/07/1908. Biblioteca Nacional.

⁷ Carta de Rio Branco de 10 de março de 1906 em LINS, 1996, p. 512.

⁸ Carta de Rio Branco de 10 de março de 1906 em LINS, 1996, p. 512.

Considerações finais

O Barão do Rio Branco representa o mito fundacional da moderna diplomacia brasileira e, como tal, teve sua vida e obra envoltas em um processo de mitificação que chega praticamente intacto aos dias atuais. Assim, uma das preocupações principais da pesquisa foi mostrar as vozes dissonantes e as críticas recebidas por Rio Branco em diferentes momentos. O esforço por contextualizar o debate sobre a americanização da política externa brasileira buscou suprir a lacuna da falta de questionamento sobre os ditames do Chanceler. Este esforço por tirá-lo da categoria de mito para colocá-lo na de pensador e formulador de política para o Brasil de maneira alguma visou minimizar seu papel na história brasileira.

É fora de dúvida a importância do seu legado para a formação do território brasileiro, para a afirmação internacional do Brasil e para a profissionalização da diplomacia nacional. No plano simbólico, atuou como elemento que ajudou a impulsionar a construção da nova identidade do Brasil moderno. Seja apoiando a realização de obras públicas modernizadoras, fomentando visitas de personalidades internacionais, promovendo a imagem do Brasil no exterior em feiras, congressos e conferências, seja apostando na profissionalização dos quadros do Itamaraty, Rio Branco promoveu uma política de prestígio que tinha o claro intuito de elevar o Brasil à categoria de “nação civilizada” e, com isso, ser capaz de ocupar o espaço de poder que acreditava que competia ao país no mundo e especificamente na América.

Um homem de formação conservadora, monárquica e europeísta, o Barão carregava consigo uma visão muito clara da hierarquia existente entre as nações no mundo. Nunca escondeu sua simpatia pelo Império, acima de tudo pelo Imperador, apesar de jamais ter sido Restaurador. Aceitou o cargo de Ministro na República nascente com a justificativa de trabalhar pela nação e não pelo regime político e, desde então, buscou estar alheio às disputas da política doméstica. Também nunca ocultou sua admiração pela civilização europeia, da qual o Brasil seria devedor. Aliás, creditava a este passado de raízes europeias a herança monárquica e, portanto, o traço distintivo do Brasil no continente em comparação às demais “republicuetas” que queriam “macaquear os Estados Unidos”.

Entretanto, sua formação e visões de mundo não o deixaram alheio à realidade que se apresentava. Ele foi capaz de observar e dimensionar o impacto da ascensão de

uma nova potência no cenário mundial. Os Estados Unidos surgiam então como um novo centro de poder mundial e Rio Branco, através de um cálculo racional e até contra suas simpatias pessoais, decidiu estreitar relações com a nova potência. O comércio intenso já naquele momento entre os dois países, além da influência da Doutrina Monroe e, posteriormente, do Corolário Roosevelt, foram elementos tomados em consideração para a decisão da viabilidade de uma política de aproximação com Washington.

É certo que as relações entre os dois países eram já antigas e vinham desde o reconhecimento da independência do Brasil de forma pioneira pelos Estados Unidos. Porém, ainda que Rio Branco utilizasse com frequência o discurso da continuidade da política exterior brasileira para arrefecer os críticos de sua política americanista, o movimento de estreitamento de laços foi, sem dúvida, muito mais intenso na sua gestão no Itamaraty. Equilibrando o peso do passado com o futuro que se desenhava, além de sua própria formação e visão de mundo com uma realidade totalmente diversa, Rio Branco promoveu uma mudança no eixo diplomático do Brasil da Europa para os Estados Unidos. Não ficou isento de críticas, como buscou-se demonstrar. Tampouco sucumbiu ao entusiasmo americanista, como alguns de seus críticos afirmaram. Sua política de aproximação era pragmática e não significava de maneira alguma alinhamento automático. Na sua visão, interessava ao Brasil aliar-se aos Estados Unidos desde que estabelecida uma parceria em pé de igualdade de onde auferisse ganhos significativos. Esta postura ficou clara quando da criação da Embaixada em Washington, que representou a formalização das intenções brasileiras de intensificar seu relacionamento com o país. Porém não foi uma medida unilateral, na medida em que ambas as legações foram elevadas de categoria.

Referências Bibliográficas

ARMANI, Carlos Henrique. Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 167-180, junho 2005.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

CASASANTA, Mario. Apresentação. In: PRADO, Eduardo. **Antologia**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

FONSECA Jr., Gelson. Rio Branco e o Panamericanismo: anotações sobre a II Conferência Internacional Americana. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

HENRICH, Nathália. A construção da imagem do barão do Rio Branco por meio de suas biografias. Trabalho apresentado no **XII Encontro Estadual de História, Ensino e Pesquisa**, Criciúma, 2008.

LIMA SOBRINHO, BARBOSA. Oliveira Lima: sua vida e sua obra. In: LIMA, Oliveira; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Obra seleta**. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1971.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. **Do Americanismo ao Universalismo: As Transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2006.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1996.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

NABUCO, Joaquim. **Joaquim Nabuco diários, 1873-1910**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Obra seleta**. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1971.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt**. Brasília: Senado Federal,/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5ª ed. São Paulo: IBRASA, 1980.

RIO BRANCO, Barão do. **Discursos**. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. IX. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948(a).

RIO BRANCO, Barão do. **Estudos históricos**. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948(b). SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VERÍSSIMO, José. **Homens e coisas estrangeiras 1899-1908**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.